

Direitos e representação da mulher latino-americana no rádio: uma análise do programa *Jurado n.13*¹

Juliana Gobbi BETTI²

Eduardo MEDITSCH³

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

Resumo

Este artigo apresenta as primeiras inferências de um estudo exploratório sobre a representação da mulher no radiodrama latino-americano *Jurado n.13*. Produzido por Mario Kaplún, o programa foi transmitido por mais de 600 emissoras de rádio da região no início dos anos 1970. Elaborado dentro da perspectiva de comunicação educativa do autor, cada episódio debatia situações e temas de conflito na sociedade latina, chamando o ouvinte a refletir ao considerá-lo um dos treze jurados que deveriam avaliar os processos no 'tribunal do povo'. A análise concentrou-se no episódio *Proceso a la maestra de San Gregorio*, valendo-se de diferentes técnicas para contemplar aspectos referentes ao conteúdo do programa e ao uso das especificidades da linguagem sonora. Concluiu-se que o episódio evidenciou os direitos da mulher, inclusive contrapondo-se aos costumes machistas característicos da cultura vigente.

Palavras-chave: Mario Kaplún; *Jurado n.13*, Rádio; Mulher; América Latina.

Introdução

A concepção do indivíduo enquanto sujeito de direitos evoluiu ao longo dos séculos, adaptando-se aos diferentes cenários característicos de cada tempo e local. Por se tratar de um processo sócio-histórico, a evolução dos princípios da cidadania – com seus direitos e deveres – se deu de forma bastante complexa, especialmente seguindo as transformações culturais da organização social. Nas sociedades contemporâneas, o

¹ Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda e Mestra em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-graduada em Filosofia e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Graduada em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Email: jugobbibetti@gmail.com

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC e Pesquisador do CNPq. Realizou estágio sênior de pós-doutorado na University of Texas at Austin (2010/2011) com bolsa da Capes. Possui doutorado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Universidade Nova de Lisboa, mestrado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Universidade de São Paulo e graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Email: emeditsch@gmail.com

exercício da cidadania esteve (e permanece) diretamente vinculado aos direitos civis, políticos e sociais (PINSKY; PINSKY, 2003). Especialmente depois da Segunda Guerra, a universalidade de tais direitos e a igualdade dos indivíduos passaram a figurar entre os fundamentos essenciais das sociedades democráticas, ao menos em teoria. Contudo, no cotidiano das relações sociais,

[...] ciudadanía es un concepto articulado al de movimiento en sus connotaciones sociales y políticas, porque la retórica de que todos somos iguales en derechos y deberes es una falacia que para ser real requiere intervenciones dignificadoras desde los excluidos y dignificantes desde los poderes. La ciudadanía se adquiere por ley pero se la gana por legitimidad (BASPINEIRO, 2001, p.18)

O reconhecimento da legitimidade dos direitos da mulher, de maneira geral, tem sido um processo lento e, por vezes, passou décadas estagnado nos países da América Latina. O que não significa que houve uma submissão passiva, silenciosa ou generalizada, nem representa uma linearidade nos processos de enfrentamento, ao contrário (HAHNER, 2003). Foi em meio às lutas por emancipação que as mulheres avançaram em seu esforço pela possibilidade de exercício pleno de sua cidadania, especialmente no que se refere aos direitos à educação e à participação política.

O direito à educação foi uma das primeiras e mais importantes lutas empreendidas pelas mulheres, fossem elas feministas ou não. Embora partissem de diferentes motivações, ambos os grupos tinham em comum o desejo de ampliar o acesso à educação e, por conseguinte, o nível de escolaridade feminino. Entre as pioneiras desta causa está Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), mais conhecida pelo pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta. Em sua atuação como jornalista, a escritora potiguar rompeu paradigmas ao publicar na imprensa brasileira textos sobre a situação das mulheres, defendendo, entre outras pautas, uma educação mais ampla, não restrita às tarefas da vida doméstica e que permitisse a formação da mulher em cursos superiores (HAHNER, 2003, p.84). Outro exemplo pode ser encontrado nos escritos da colombiana Soledad Acosta de Samper (1833-1913), que acreditava que “a mulher deveria ser livre para escrever, estudar, trabalhar, escolher seus maridos e ter uma vida pública” (LIMA, 2016, p.178). Já a argentina Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875) seguiu uma linha mais conservadora, mas igualmente dedicou-se a proclamar a educação de mulheres como forma de garantir uma autonomia identitária e financeira. Durante os anos em que viveu no Brasil, fundou revista O Jornal das Senhoras, que

circulou no Rio de Janeiro na primeira metade da década de 1850 (LOBO, 2009, p.68-69).⁴

É certo que muitos foram os avanços conquistados nestes quase dois séculos. Entretanto, ainda hoje a desigualdade de gênero na educação mantém-se como um problema para o desenvolvimento de diversos países. De acordo com dados publicados pela Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) em 2016⁵, as mulheres representam dois terços dos jovens e adultos⁶ que não conseguem ler ou escrever uma frase simples. A questão se agrava se considerarmos a interseccionalidade deste dado com variáveis étnico-raciais e de classe social. Além disso, quantas outras mulheres possuem dificuldade para interpretar o que leem?

Neste sentido, cabe ressaltar que, ao longo dos anos, a comunicação exerceu um importante papel como difusora de ideias e de conhecimento. Com potencial para construir e questionar estereótipos, bem como para auxiliar na promoção da cidadania, seu discurso se torna eficaz por sua capacidade de sair do âmbito das abstrações e generalizações, aproximando-se dos saberes populares. Na história das emissoras e publicações latinas, tanto as produções ficcionais quanto as informativas registraram suas contribuições ao fomentar o debate sobre questões políticas, culturais e sociais de grande relevância. Assim, esta pesquisa objetiva estudar uma dessas experiências, o radiodrama *Jurado n.13*. Produzido por Mario Kaplún, o programa amparava-se na concepção de que a educação também está vinculada a um processo permanente, possibilitado pela criação de uma atmosfera educativa que atravessa e impregna todo o tecido social (KAPLÚN, 1992, p.68).

A concepção educativa de Mario Kaplún

A educação das massas populares esteve entre as inquietudes de Mario Kaplún desde sua juventude. Apaixonado pelo rádio, o aspirante a professor logo vislumbrou a potencialidade pedagógica do meio, produzindo e refletindo sobre esta prática ao longo de sua vida. Importante parte de suas concepções está registrada na obra, *Producción de*

⁴ Destacamos alguns exemplos de pioneiras latino-americanas, contudo, vale mencionar que o tema também se fazia presente na obra precursora *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, escrita pela inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), em 1792.

⁵ UNESCO eAtlas of Gender Inequality in Education, mapa interativo que pode ser acessado em: <<http://www.tellmaps.com/uis/gender/#!/tellmap/-1195952519>>.

⁶ Somando aproximadamente 582 milhões de mulheres.

*Programas de rádio. El guión, la realización*⁷. Nela, o autor propõe pensar o rádio "como um instrumento de educação e cultura populares e como um promotor de autêntico desenvolvimento" (KAPLÚN, 1994, p.17-18).

Levando o leitor a considerar a função social do rádio, seus ensinamentos convergem teoria e prática, indicando a necessidade de uma perspectiva pedagógica para a produção de programas radiofônicos. O autor afirma que,

[...] embora este livro seja dedicado principalmente às técnicas e práticas da produção radiofônica, de pouco servem as técnicas sem uma base teórica. Em especial, quando não entendemos o fazer rádio como um fim em si mesmo, mas nos propomos a utilizá-lo com um fim educativo. Não é possível abordar uma tarefa educativa, em qualquer meio que seja, sem ter previamente claro o tipo de pedagogia que vamos adotar e que função atribuiremos à nossa ação educativa (KAPLÚN, 1994, p26).

Influenciado pelo pensamento emancipatório, que alinhava-se entre os intelectuais da esquerda latino-americana na área da educação, Kaplún compreende os modelos educativos a partir de sua ênfase (no conteúdo, no resultado ou no processo), seguindo a distinção proposta por Juan Díaz Bordenave.

[...] em uma esquematização pontual poderíamos definir que o primeiro tipo objetiva que o sujeito aprenda, o segundo busca que o sujeito aja, ou seja, que ele adote determinadas práticas que lhe são indicadas, e o terceiro tipo é aquele que permite e incentiva que o indivíduo pense. A educação com ênfase no processo pretende que o sujeito aprenda a aprender e desenvolva sua capacidade intelectual conjuntamente com sua consciência crítica e social, sempre em um processo de interação dialética entre o indivíduo e sua realidade (MEDITSCH; BETTI, 2008, p. 96).

De acordo com Kaplún, é necessário estimular o trabalho de decodificação do ouvinte, assim, "devemos codificar nossa mensagem de tal modo que ele (ouvinte) tenha que pôr algo de sua parte, que tenha que participar para decodificá-la (associar situações, interpretá-las, vivê-las intelectual e emocionalmente, extrair conclusões, etc.)" (KAPLÚN, 1994, p.96). Ao mesmo tempo, o autor compreende que os métodos usuais de cada modelo não são necessariamente excludentes e podem ser utilizados de forma complementar.

⁷ Recentemente traduzida por pesquisadores do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora, com publicação prevista para 2017.

Ainda, é no mesmo sentido que entende a divisão estanque que separa os programas radiofônicos entre informativos, educativos e de entretenimento. Considera que, "é certo que o rádio tenha estas três funções; não é tão certo que delas devem derivar três tipos de programa totalmente independentes e diferenciáveis" (KAPLÚN, 1994, p.19).

O interesse pela prática de uma educação com ênfase no processo aparece evidenciado em suas produções, dialogando com o pensamento demarcado em sua proposta teórica.

Jurado n. 13

Jurado n.13 foi uma das experiências mais bem sucedidas de Mario Kaplún, tendo sido transmitido por mais de 600 emissoras de rádio na América Latina. Ao descrevê-la, o autor conta que,

[...] ha sido emocionante, ya años después de editada la obra, llegar en mis andanzas por la América Latina a ignotos caseríos que ni figuraban en el mapa y tan pronto de ser presentado como el autor de *Jurado n.13*, ser recibido por la gente con abrazos, como se recibe a un querido ay viejo amigo (KAPLÚN, 1992, p.71).

Em formato de radioteatro, cada episódio encenava a sessão de julgamento de um processo no chamado "tribunal do povo". Elaborado dentro da perspectiva de educação informal de Kaplún, abordava situações e temas de conflito na sociedade latina, chamando o ouvinte a refletir sobre as problemáticas debatidas no julgamento. De acordo com o autor,

[...] su propósito educativo era, en parte, el de "informar, dar a conocer realidades y problemas del entorno social penetrando en sus causas"; pero, sobre todo, "promover en adultos y jóvenes de los sectores populares latinoamericanos una reflexión sobre su propia realidad, una toma de conciencia y una posición activa que contribuyera a la transformación de esa misma realidad" (KAPLÚN, 1992, p.72).

Conforme relembra Kaplún (1992, p.78), a proposta foi primeiramente apresentada para um concurso da fundação europeia *Humanum*, no qual obteve o primeiro prêmio. O ano era 1968, não por acaso o mesmo da Conferência de Medellín⁸ (KAPLÚN, 1992, p.71). O cenário era de renovação e abertura, momento no qual

⁸ II Conferencia General del Episcopado Latinoamericano, realizada em Medellín, Colômbia.

alguns setores da Igreja notadamente ampliaram sua base social, de ação política e popular. O documento produzido ao final do encontro dedica um de seus dezesseis itens aos meios de comunicação social, evidenciando, por exemplo, seu potencial "para despertar a consciência das grandes massas sobre suas condições de vida, suscitando aspirações e exigências de transformações radicais" ⁹. Compreensão compartilhada por Kaplún ao longo de toda sua trajetória. Neste sentido, é curioso pontuar que, embora organizações católicas tenham sido responsáveis por financiar os custos de produção, edição e distribuição do programa, também foi justamente uma associação católica de radioeducação a manifestar-se contra a série, classificando-a como "subversiva e contrária a doutrina da Igreja" (KAPLÚN, 1992, p.77).

Outra dificuldade enfrentada foi a censura imposta pelos governos ditatoriais que tomavam o poder em alguns países, a exemplo do próprio Uruguai, local onde a série foi produzida. De acordo Kaplún, "el golpe militar de junio de 1973 truncó su transmisión, que ya había comenzado con alentador éxito por una de las principales emisoras montevideanas" (KAPLÚN, 1992, p.79).¹⁰

As gravações de *Jurado n.13* foram concluídas em 1972, quando tiveram, então, início as transmissões. No total foram produzidos vinte episódios, a saber: 1. *Proceso a un alcalde*; 2. *Proceso a una hija egoísta*; 3. *El caso del niño desertor*; 4. *Proceso a los quietos*; 5. *Proceso a un "mal hijo"*; 6. *Proceso a un reincidente*; 7. *El caso del que no pudo nacer*; 8. *Proceso a una esposa*; 9. *Proceso a un cura rural*; 10. *Proceso a un ídolo de fútbol*; 11. *Proceso a la maestra de San Gregorio*; 12. *Proceso en un aula*; 13. *El caso de los indios laucanos*; 14. *Juicio de un divorcio*; 15. *Proceso a los muchachos de la esquina*; 16. *Proceso a la ciudad*; 17. *Proceso a un triunfador*; 18. *Proceso a los "islas"*; 19. *Proceso a un líder*; e 20. *Proceso a una vecina*. Cada um era dividido em três partes de aproximadamente 23 minutos.¹¹

Como é possível perceber, ainda que pelos títulos citados, os temas abordados eram diversos, mas partiam de situações e relações cotidianas, ampliando a identificação dos ouvintes com as narrativas apresentadas. Para Villegas (2012, p.64), o

⁹ CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO. Conclusões de Medellín. 1968. Disponível em: <<http://www.cpalsj.org/wp-content/uploads/2013/03/Medellin-II-CELAM-1968-POR.pdf>>. Acesso em jul 2017.

¹⁰ Em 27 de junho de 1973 o presidente uruguaio Juan María Bordaberry deu um golpe de Estado e, com o apoio das Forças Armadas, fechou o Senado e a Câmara de Deputados. Foi o início de um período ditatorial que se estenderia até 1985.

¹¹ Vale mencionar que todos os episódios estão disponíveis na íntegra para escuta online ou *download* no acervo da Radioteca, que pode ser acessado em: <https://radioteca.net/audioseries/jurado-13/>.

sentir e o pensar eram trabalhados de forma conjunta nos roteiros ficcionais de Kaplún. Nos episódios de *Jurado n.13*, essa estratégia fica evidente na forma de apresentação dos casos, que mescla os argumentos e as emoções dos envolvidos em cada processo.

A adoção do formato ficcional, em particular do radioteatro, buscou ampliar a aceitação do ouvinte ao aproximar-se dos programas de entretenimento que já integravam seus hábitos de consumo. Ao mesmo tempo, atendeu à necessidade de integrar o pedagógico e o comunicativo, condizendo com a ideia defendida pelo autor de que "um programa educativo não precisa ser desinteressante. Mais: não deve ser" (KAPLÚN, 1994, 19). Contudo, Kaplún também defendia que a estrutura dos formatos não precisa ser estanque, podendo possibilitar o uso de múltiplas combinações, a exemplo disso cita a própria experiência de *Jurado n.13*, afirmando que a produção "é um radiodrama por seus recursos formais e tem muito de reportagem jornalística por seus conteúdos" (KAPLÚN, 1994, p.159).

Conforme anteriormente comentado, o radiodrama *Jurado n.13* possui vinte episódios completos. Destes, quatro apresentam personagens mulheres como protagonistas, são eles: Episódio 2 - *Proceso a una hija egoísta*, Episódio 8 - *Proceso a una esposa*, Episódio 11 - *Proceso a la maestra de San Gregorio* e Episódio 20 - *Proceso a una vecina*.

Para este estudo selecionamos o episódio 20, que tratava sobre o direito da mulher à educação. A análise dividiu-se em dois momentos. Primeiro, buscamos compreender a mensagem suscitada na condução da questão. Depois, quais as estratégias e recursos (narrativos ou próprios da linguagem radiofônica) foram utilizados na composição dessa mensagem. Para isso, utilizamos técnicas das pesquisas exploratória e descritiva, adaptando-as à especificidade da narrativa radiofônica. A primeira coleta foi realizada a partir de um protocolo de análise, com a indicação prévia dos elementos gerais deveriam ser observados. A segunda escuta do material permitiu a inclusão de pontos inerentes à história desenvolvida no episódio em questão.

O direito das mulheres à educação: *Proceso a la maestra de San Gregorio*

O episódio começa com a descrição de San Gregorio, são demarcadas as características de um povoado pequeno e do interior, sugerindo a ideia de que o lugarejo é um pontinho esquecido no mapa. O clima pacato seria resultado do estilo de vida de uma gente trabalhadora, que rege sua conduta pelos preceitos de uma moral cristã. A

música é utilizada para reforçar essa atmosfera, ajudando também a ambientar o cenário do cotidiano local.

A quebra de tal tranquilidade tem como causa as ações da professora local, acusada de instigar a desobediência entre jovens moças do povoado. Contratada pelo governo para lecionar para crianças, ela resolve iniciar um curso de extensão para as jovens ao notar sua baixa escolaridade e desejo de aprender. A falta de atividades (e de perspectiva) para os jovens das cidades do interior é também pontuada como preocupação.

Os acusadores, inicialmente identificados como os habitantes de forma geral, vão sendo personalizados na figuras dos homens, especialmente os pais das moças que passaram a frequentar o curso de extensão promovido pela professora. A presença essencialmente masculina vai dando o tom do ambiente e isolando a protagonista, que parece não ter em quem buscar apoio. Este predomínio já tinha sido antecipadamente anunciado, de maneira a parecer um comentário solto durante a descrição inicial do episódio. Assim, a sobreposição de vozes masculinas e a utilização dos planos sonoros reforçam a ideia de que há somente homens presentes no tribunal, além, é claro, da acusada. Deste modo, sem necessariamente fazer uma crítica direta, a narração expõe a falta de participação das mulheres nos espaços públicos e políticos ao pontuar sua ausência.

A função de narrador é exercida pela figura de um jornalista, que acompanha e transmite o andamento do processo, dialogando diretamente com o público. Como um profissional de rádio, ele tem a incumbência de passar para o ouvinte todas as informações que ele necessita para compreender a situação noticiada exclusivamente por meio da linguagem sonora. Ainda, a ambientação local e o anúncio da transmissão “ao vivo” contribuem para que o programa se aproxime do formato jornalístico e demonstre atualidade (KAPLÚN, 1994, p. 248).

Já o papel de advogada de defesa cabe à própria acusada. É ela quem diversas vezes interroga as testemunhas. Neste ponto, a estratégia pedagógica novamente aproxima o ficcional do jornalismo, seguindo as técnicas de entrevista ao utilizar “perguntas curtas e claras; respostas concretas e precisas” no diálogo das personagens (KAPLÚN, 1994, p.249).

As primeiras demarcações no perfil da personagem principal vem no sentido de indicar o seu não pertencimento. Os adjetivos atribuídos deixam claro que a professora Laura não é como as mulheres locais, é uma forasteira que veio da cidade. *La costeña*, a

chamam por diversas vezes. Esta dicotomia é utilizada para estabelecer contrapontos entre o modo de vida no interior e nas áreas mais urbanizadas. Oposição que será colocada em outros momentos, revelando diferentes tipos de preconceitos em ambos os lados. Por exemplo, os acusadores a usam para questionar a moral das mulheres que não vivem dentro de ditos padrões de comportamento e, posteriormente, alguns membros do júri para assinalar a ignorância e atraso dos homens do campo.

É interessante notar que a professora demonstra um comportamento calmo e racional, não se deixando levar pelas emoções. Assim, o tom de sua voz é sempre firme e, mesmo quando elevado, expressa equilíbrio. O caráter mais argumentativo igualmente marca a fala de outras personagens femininas. Salienta-se o viés pedagógico destes diálogos, que buscam estimular a reflexão. Ao mesmo tempo, os homens de *San Gregorio* apresentam comportamento nervoso, autoritário e intolerante. São retratos configurados de maneira pouco usual ainda hoje, visto que normalmente a representação é construída de forma oposta, aos homens é atribuída a racionalidade e às mulheres a emotividade.

Deste a apresentação do caso, com o depoimento da professora, o relato dos acontecimentos vai sendo contraposto com os argumentos contrários. Para isso, o autor utilizou como recurso a interrupção da fala da professora pelo representante da acusação, um dos pais, indicado pelos companheiros no início do julgamento. Além de dar agilidade e ritmo, a estratégia possibilita que o ouvinte conheça e compreenda os posicionamentos que motivam toda a contenda.

Conforme se desenvolve a narrativa, amplia-se também sua complexidade. O direito e a oportunidade de estudar são temas que abrem caminho para a inserção de problemáticas como: a) a falta de oportunidade para as jovens, pontuada pela professora em sua defesa inicial; b) o impedimento de participação na vida pública, determinado na afirmação de que "a mulher só deve sair de sua casa aos domingos para ir à missa e no dia de seu casamento, para ir com seu marido", feita por um dos acusadores; c) a violência parental e contra a mulher, relatadas nas narrativas da jovem que exhibe no tribunal as marcas da surra que levou do pai e na do marido que admite agredir sua esposa, considerando uma atitude normal entre o casal; d) os papéis de gênero *vs* as responsabilidades conjugais, posto em pauta sempre que os cidadãos do vilarejo reforçam a ideia de que são bons homens por manterem financeiramente suas famílias; e) os direcionamentos políticos da região, sugerido na crítica do pai à participação da filha em um protesto organizado pelo partido popular; entre outras.

O machismo é exposto no comportamento dos homens em diferentes momentos. Neste sentido, a proibição de que as jovens possam estudar é mais do que o fio condutor da história, representando a ponta o *iceberg*, ou seja, aquilo que se faz visível, mas que está amparado por uma base mais ampla. Esta base resulta de cultura sutilmente revelada a partir das constantes interrupções das falas femininas, do descredenciamento de seus sentimentos e argumentos, da apropriação indevida de suas ideias, do uso do poder (pela força ou imposição de autoridade) como forma de controle, entre outras atitudes.

As ideias e termos típicos do movimento feminista, tais como liberação da mulher e objetificação, são apresentados no depoimento do ex-noivo de uma das jovens. A moça, não resignando-se ao que se entendia por seu destino certo, desistiu do casamento para ir para a cidade continuar seus estudos. O depoimento do rapaz afirma a reclamação de tudo ia perfeitamente bem e que a moça estava feliz com sua vida até que a professora passou a incitá-la com concepções sem sentido sobre questões de gênero. Como pano de fundo, refuta-se aqui a noção de que a felicidade de uma mulher efetiva-se e limita-se na realização de um "bom casamento".

Do peso de contrariar a expectativa social ao enfrentamento do abandono e da violência familiar, a relação entre a coragem e a rebeldia das mulheres em sua luta pelo direito à educação vai desenhando-se nas ações e falas de cada personagem feminina. Em diversos momentos as mulheres são caracterizadas por sua determinação na busca por concretizar seus sonhos, bem como por sua capacidade de transformar a realidade de outras mulheres e do seu entorno.

Ao final da segunda parte, a questão parece encaminhar-se para uma resolução favorável à acusada. Inclusive os jurados, em sua maioria homens da cidade, estão de acordo de que a sentença deve reiterar que não há mal na educação das jovens moças, nem dolo nas ações da professora. No entanto, os acusadores apresentam uma nova demanda, culpando Laura pelo pedido de divórcio recebido por um deles. Os jurados então se solidarizam com a situação, revendo os seus posicionamentos e reabrindo o processo.

A partir daí um novo dilema é colocado na história e o foco é direcionado para os costumes. A condição social das mulheres, reclusas e responsáveis pela manutenção das tarefas do lar, volta a pauta. Desta vez, discutindo-se as relações afetivas e a infidelidade, questionam-se os comportamentos e responsabilidades que são atribuídos ao homem e à mulher.

Conforme mencionado, desde a abertura do programa o ouvinte é convidado a assumir o papel de *Jurado n.13*. Este convite é retomado ao longo do episódio. No entanto, também são utilizados outros recursos para estimular a reflexão, entre os quais podemos destacar na narrativa o uso de questionamentos e na composição técnica a inserção do silêncio ou de efeitos, como o de burburinho.

Considerações finais

No final dos anos 1940, a filósofa Simone de Beauvoir afirmou que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9). A autora refutava a imposição exclusivamente biológica pontuando a influência da construção social na definição dos gêneros. Neste sentido, conforme explicitado, os meios de comunicação possuem um papel fundamental. Aliando esta percepção à proposta de uma pedagogia produção radiofônica, Kaplún afirmava que,

[...] à luz desta concepção da educação como processo permanente (...), de alguma maneira todo programa radiofônico educa. Tanto como o programa educativo propriamente dito, o anúncio publicitário que assegura que usando uma camiseta de tal marca “se triunfa na vida”, um programa cômico, uma radionovela sentimental, um comentário sobre a atualidade, uma transmissão esportiva, uma música popular constituem também fatores educativos, já que todos influenciam na formação de valores e nas pautas de comportamento do público (KAPLÚN, 1994, 20)

Assim, observando as características emancipatórias da comunicação educativa proposta por Kaplún, realizou-se um estudo exploratório e descritivo com o objetivo de compreender a representação da mulher no radiodrama latino-americano *Jurado n.13*, produzido pelo autor. Este artigo apresentou as primeiras inferências desta análise, delimitando-se no episódio 11 - *Proceso a la maestra de San Gregorio*, que retrata a luta pelo direito à educação, uma das mais importantes pautas feministas.

A partir da análise da narrativa, com destaque para os pontos anteriormente descritos, é possível afirmar que o episódio toma a vanguarda na representação das mulheres nas produções radiofônicas e questiona os costumes vigentes em prol de seus direitos. De forma geral, a representação feminina caracterizada pelas personagens apresentadas expressa a busca pela autonomia e o rompimento com os papéis clássicos que relacionam os sentidos de valor moral ao comportamento recluso e obediente.

Seria ingênuo atribuir diretamente ao programa, ainda mais ao episódio, as transformações que possibilitaram avanços na garantia do exercício pleno e igualitário da cidadania, com o respeito aos direitos civis, políticos e sociais das mulheres. Entretanto, parece-nos acertada a mensagem deixada pela professora Laura ao final da história. Entre os ouvintes de *Jurado n.13*, tanto quanto entre os habitantes de *San Gregorio*, o processo cumpriu a função de estimular a reflexão, primeiro passo para que se possam fomentar mudanças culturalmente significativas.

Referências Bibliográficas

BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. In: MEDTISCH, E. (Org.) **Teorias do Rádio**: textos e contextos. Volume I. Florianópolis: Insular, 2005.

BASPINEIRO, Adalid Contretas. Prólogo. In: AZURDUY, Carlos A. Camacho. **Los radios populares en la construcción de ciudadanía**: enseñanzas de la experiencia de ERBOL, en Bolivia. La Paz: UASB, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1949] 1980.

HAHNER, June Edith. **Emancipação do Sexo Feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Ed. Mulheres; EDUNISC, 2003.

KAPLÚN, Mario. **A la educación por la comunicación**: la pratica de la comunicación educativa. Santiago: UNESCO/OREALC, 1992.

KAPLÚN, Mario. Mis (primeros) cincuenta años de aprendiz de comunicador. Mini auto-biografía profesional. **Boletín ALAIC**, n.7-8, São Paulo, 1992.

KAPLÚN, Mario. **Producción de Programas de Radio**: el guión – la realización. México, Editorial Cromocolor, 1994.

LIMA, Adriane Raquel Santana de. **Educação para mulheres e processos de descolonização da América latina no Século XIX**: Nísia Floresta e Soledad Acosta de Samper. 2016. 260p. Tese (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém.

LOBO, Luiza. Juana Manso: Uma exilada em Três Pátrias. **Revista Gênero**, v. 9, n. 2, jan/jun 2009 p. 47-74. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/81/57>>. Acesso em jun 2017.

MAGNONI, Antonio Francisco; VILLEGAS URIBE, Esmeralda; BETTI, Juliana Gobbi. O ensino do rádio na perspectiva pedagógica de Mario Kaplún. In: **Anais do**

XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. INTERCOM; UNESP: São Paulo; Bauru, 2013. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1298-1.pdf>>. Acesso em jul 2017.

MARQUES DE MELO, José, FERRARI, M. Aparecida, SANTOS NETO, Elydio dos e GOBBI, M. Cristina (orgs.). **Educomídia, alavanca da cidadania:** o legado utópico de Mario Kaplún. São Bernardo: Cátedra UNESCO/UMESP, 2006.

MEDITSCH, Eduardo, BETTI, Juliana G. Kaplún e o rádio a serviço da emancipação. IN: MEDTISCH, E., ZUCULOTO, V. (orgs.) **Teorias do Rádio:** textos e contextos. Volume II. Florianópolis: Insular, 2008.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Orgs.). **História da Cidadania.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 591p.

SILVA PINTOS, Virginia. **Mario Kaplún:** La comunicación como actitud de vida. IN: PCLA - Volume 2 - número 4: julho / agosto / setembro 2001. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista8/perfis%208-1.htm> . Acessado em 10 de maio de 2008.

VILLEGAS, Esmeralda. Kaplún radioapaixonado: fortalecendo o pragmatismo utópico. IN: MARQUES DE MELO, José et al (Orgs). **Educomídia, alavanca da cidadania:** o legado utópico de Mario Kaplún. São Paulo: Cátedra UNESCO/UMESP, 2006.

VILLEGAS, Esmeralda. Mario Kaplun, pensador y ficcionista. **Cuestiones Universitarias,** Revista del Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales y Artes. Universidad Autónoma de Bucaramanga, ano 2, n.2. Bucaramanga, out 2012. p. 57-75.